

OS DIREITOS HUMANOS E OS DESAFIOS PARA A IGREJA METODISTA



IGREJA METODISTA

OS DIREITOS HUMANOS E OS DESAFIOS PARA A IGREJA METODISTA

COLÉGIO EPISCOPAL

Paulo de Tarso de Oliveira Lockmann

João Alves de Oliveira Filho

João Carlos Lopes

David Ponciano Dias

Adolfo Evaristo de Souza

Adriel de Souza Maia

Josué Adam Lazier

Rozalino Domingos

COORDENAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO SOCIAL

Lúcia Leiga

GRUPO DE TRABALHO DO ANO DE CONTRIÇÃO

E CHAMADO À TOLERÂNCIA

COORDENADOR

Jorge Hamilton Sampaio

EDITOR NACIONAL DA IGREJA

Rev. Odilon Massolar Chaves

ASSISTENTE EDITORIAL

Léia Alves de Souza

REVISÃO

Mario Bueno Ribeiro

PRODUZIDO PELA

EDITORA CEDRO

sob licença da Imprensa Metodista



Pedidos

Livraria Metodista

Av. Liberdade, 655 - 01503-001

São Paulo - SP - tel: (011) 278-6356

Índice

Apresentação	5
Parte I - Cada momento da vigília	6
<i>Princípio das Vigílias:</i>	
<i>Tema 1: Os direitos humanos</i>	6
<i>Vigília Média:</i>	
<i>Tema 2: O ano da contrição e o chamado à tolerância</i>	8
<i>Vigília da Manhã:</i>	
<i>Tema 3: O sonho de um mundo habitável</i>	10
Parte II - Dicas para quem vai animar a vigília	12
Parte III - Subsídios	13
1. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 50 anos depois	13
2. Breve resumo dos trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos	15
3. O Regime Militar no Brasil	16
4. Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta	18

APRESENTAÇÃO

De várias maneiras podemos tirar tempo para pensar na vida cristã e para nos aproximarmos de Deus. Escola Dominical, jejum, oração, culto, louvor, vigílias. Aqui, queremos convidar o povo metodista a uma noite de vigília por ocasião da comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também por ser, para nós metodistas, “1998, Ano da Contrição e Chamado à Tolerância”. Duas ocasiões que se encontram, se pertencem, como motivação para buscar o Reino de Deus e sua justiça, sabendo assim, que todas as demais coisas nos serão acrescentadas. A noite tem muitas vigílias. Muitas pessoas, antigamente, organizavam suas noites em partes, e cada parte, chamada vigília, tinha seu motivo e sua função. Os judeus dividiam em três partes: “princípio das vigílias” - desde o pôr do sol até às 22h; “a vigília média” ou da meia-noite – das 22h até às 2h da madrugada; “vigília da manhã” – desde 2h até o nascer do sol. Os romanos dividiam as vigílias em quatro (desde 6 horas da tarde até 6 horas da manhã, divididas em 4 vigílias de 3 horas), veja como Marcos 13.35 nomeia essas vigílias: à tarde, no meio da noite, ao cantar do galo, de manhã. Nós, nos dias atuais, costumamos organizar nossas vigílias de acordo com as motivações das igrejas e com distribuição de tempo que seja consensual para a comunidade.

A igreja cristã está acostumada a vigiar nas vigílias. Vigia para estar alerta para a vida. Vigia para aprender de Deus os seus princípios e sua justiça. A idéia é: se você consegue vigiar nas vigílias da noite, você vai estar pronto para superar as muitas dificuldades da vida. Dedicando-se à comunhão com Deus e à reflexão sobre alguns aspectos específicos da vida, entendendo um pouco mais da nossa existência e de nossas ações.

É por isso que propomos, a seguir, as três vigílias para a noite em que estamos todos convidados a vigiar pelos “50 anos de Direitos Humanos” e pelo “Ano da Contrição e Chamado à Tolerância”. Separamos uma noite para estarmos atentos à vida e para meditarmos em nossas ações e desafios para igreja. Sugerimos três momentos para a vigília, que podem ser divididos na noite conforme a realidade de sua comunidade local. Lembre-se de regar essas sugestões com cânticos que a comunidade está acostumada a cantar e que estejam relacionados com os assuntos tratados também.

Parte I

CADA MOMENTO DA VIGÍLIA

Princípio das Vigílias (do pôr do sol, às 22h)

Tema: OS DIREITOS HUMANOS

1998 é o ano em que se comemora os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil e no mundo inteiro, as pessoas de vários organismos têm refletido sobre sua importância para a história da humanidade nos últimos anos e sobre a necessidade de continuarmos a afirmar os Direitos Humanos como princípios universais para a humanidade.

Para a vigília é importante lembrar:

- Um pouco da história dos direitos humanos (ver *subsídio 1*);
- Conhecer os 30 artigos da Declaração dos Direitos Humanos (ver *subsídio 2*);
- Os desafios dos direitos humanos para nós hoje.

Propomos as seguintes atividades:

GESTOS DE PARTILHA

Em grupos, **ler os subsídios 1 e 2** e conversar sobre a importância dos direitos humanos para a sociedade atual. Reunir os grupos e, durante a partilha das conversas dos grupos, coletar assinaturas das pessoas numa folha de papel grande (que tal papel pardo?), com título “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, EU ASSINO EMBAIXO.

Reflexão Bíblica: nos mesmos grupos, **ler a reflexão abaixo e cada texto bíblico** sugerido, deixando em aberto para os comentários das pessoas.

A Bíblia não possui a expressão “Direitos Humanos” mas expõe com nitidez o direito do órfão, da viúva, do pobre, do migrante, do forasteiro que está de passagem. Isto aparece especialmente nos profetas, nos livros da sabedoria e no Novo Testamento.

A afirmação básica e impressionante é esta: o direito dos seres humanos é o direito de Deus. Como diz Provérbios 14.31 e 17.5: “Oprimir o fraco é ultrajar seu Criador, honrá-lo é ter piedade do indigente”. Todos têm alguém que os defenda: a mulher, o seu marido; o homem, o seu clã; os filhos, os seus pais; somente os pobres não têm quem cuide

deles. Por isso, Deus mesmo assumiu a causa. (ler Deuteronômio 10.18; Jeremias 22.16; Provérbios 22.22-23; Salmo 146). Para Deus, os estrangeiros devem ter os mesmos direitos que um israelita e a mesma sentença (ver Levítico 19.33 e Êxodo 12.48).

Deus, portanto, não toma partido dos que têm poder e dispõem do direito e o praticam em benefício próprio, mas toma partido dos que são violados em sua dignidade e justiça. Jesus, na sinagoga de Nazaré, ao apresentar o seu programa como o Messias, retoma a tradição. (ver Isaías 61.1-3, Isaías 11.1-10 e Lucas 4.17-30). As bem-aventuranças confirmam esta consciência de Jesus como o libertador dos pobres, dos que choram, dos que sofrem fome, injustiças e perseguição (ler Lucas 6.20-23 e 5.31-32).

Portanto, Deus é quem garante os direitos básicos dos seres humanos (ver Êxodo 22.20-22). Este direito, porque é o direito à vida, é sagrado e não pode ser mudado, anterior a qualquer outro direito. Sobre ele se construirão todos os demais.

O fundamento deste direito dos seres humanos foi elaborado por Israel com base na sua experiência de explorado e estrangeiro no Egito. Porque o povo foi libertado por Deus de suas opressões, deverá também estar atento às opressões que sofrem os fracos e sem proteção (ler Levítico 18.3).¹

ORAÇÃO

- Orar pelas pessoas que sofrem por terem seus direitos humanos negados.
- Seria bom lembrar de nomes que conhecemos na nossa comunidade, cidade, no país ou no mundo. Colocar esses nomes em pequenos papéis, reuni-los num cesto ou caixa e depositá-los no altar como símbolo de nossa memória e nossa petição.
- Vamos pensar também em nossa própria situação. Nossos direitos humanos têm sido garantidos?

DESAFIO ÉTICO

- A reflexão sobre os direitos humanos é uma boa oportunidade para a Igreja pensar em suas ações e refletir sobre as relações com as pessoas e com as instituições na comunidade de cristãos e cristãs.

1. Texto extraído e adaptado do capítulo "O Direito dos pobres como o Direito de Deus". In: SOARES, Ismar O. e outros (org.). Direitos humanos: um desafio à comunicação. São Paulo: Paulinas, 1983, pp. 25-39.

- Em duplas ou grupos, pensar: Em que não estamos cumprindo os direitos humanos em nossas práticas e o que precisamos fazer para mudar essas práticas em nossa comunidade? Duas perguntas que podem ser respondidas individualmente ou em grupos.
- Seria bom apresentar de um jeito criativo o resultado dessa conversa (desenho, teatro, cartaz, colagem).

Vigília Média (das 22h às 2h da manhã)

Tema: O ANO DA CONTRIÇÃO E O CHAMADO À TOLERÂNCIA

Coincidentemente, o ano de 1998 também é, para nós, metodistas brasileiros/as, o ano de reflexão sobre nossa história recente e sobre atos para o futuro. É boa coincidência porque, 30 anos depois do fechamento da Faculdade de Teologia e de outras ações arbitrárias de alguns metodistas (inclusive com cumplicidade com o regime militar - ações contrárias aos direitos humanos), estamos num único ano refletindo o mesmo assunto sob duas dimensões: a necessidade dos direitos humanos para a vida da humanidade; a necessidade da tolerância para a vida da igreja.

Propomos as seguintes atividades:

GESTOS DE PARTILHA

Em grupos diferentes, **ler os subsídios 3 e 4** e conversar sobre a ditadura militar e a realidade brasileira hoje: Como se sentem as pessoas que viveram esse tempo? Como as gerações mais novas podem aprender de um tempo que não presenciaram, mas vivenciam suas conseqüências? O grupo pode apresentar o fruto de sua conversa criando uma personagem (boneco de papel, pano, material do quintal, sucata, etc.) que represente um anúncio de coisas boas para o futuro da igreja.

Reflexão Bíblica: continuando nos novos grupos, ler a reflexão abaixo e cada texto bíblico sugerido, deixando em aberto para os comentários das pessoas.

As reações contrárias às atividades da juventude nas igrejas foram um elemento constante na história das igrejas evangélicas. Os "grupos de mocidade", desde o início, estiveram em conflito com as cúpulas de suas denominações, devido ao espírito questionador e contestador dos jovens e à busca de novas formas de atuação no interior e fora das denominações.

Com o ocorrido na Faculdade de Teologia não foi diferente. Os jovens seminaristas estavam bastante animados com os ventos renovadores que estimulavam a participação na vida da igreja e sua compreensão de participação incluía a crítica e a luta por tudo que acreditavam ser a prática mais fiel ao Evangelho que abraçavam. Os setores dirigentes da Igreja Metodista, já incomodados com as mudanças que se impunham e que não desejavam, alimentados pela onda repressiva que tomava conta do país, optaram pelo não-diálogo e caíram na tentação da intolerância.

As controvérsias têm estado presentes na igreja desde os primeiros momentos de sua existência. A questão sobre a circuncisão de não-judeus foi a causa de muitas dissensões que os primeiros cristãos procuraram solucionar em paz (ler Atos 15.1-35). A igreja nunca deixou de ser espaço de diferentes modos de pensar e de compreender a realidade que nos cerca. O desafio é que sejamos unidos apesar de todas as diferenças que podem servir para enriquecer a vida da igreja. Mas é a intolerância que representa a maior barreira à unidade que Jesus Cristo deseja entre aqueles que se chamam pelo seu nome (ver João 17). O apóstolo Pedro foi provado neste sentido e convidado a derrubar todas as barreiras que colocava para se relacionar com não-judeus (Atos 10). Da mesma forma, o apóstolo Paulo exortou a igreja de Corinto a superar as diferenças e contendas que havia no seu interior em nome do ministério da reconciliação para o qual os cristãos foram chamados (ver 1 Coríntios 1.10-17; 3.1-9; 4.6-13; 2 Coríntios 5.18-6.13).

O passo dado pela Igreja Metodista de eleger, em Concílio Geral na cidade de Piracicaba (mesmo cenário do Concílio de 1968), o ano de 1998 como "Ano de Contrição e Arrependimento" pelo que ocorreu na Faculdade de Teologia há 30 anos, e na vida da igreja como um todo, é uma demonstração de fé. Lembrar esta memória que traz constrangimento e dor ao Corpo de Cristo é oportunidade de renovar nosso ministério da reconciliação e de pedir a Deus que acontecimentos como este sejam definitivamente varridos das nossas práticas no presente e no futuro. Só assim seremos realmente uma Igreja Comunidade, Missionária, a Serviço do Povo que sofre e carece de misericórdia, justiça e amor.²

2. Extraído da revista Cruz de Malta – 1998.

ORAÇÃO

- Orar pelas pessoas metodistas que sofreram alguma discriminação ou tiveram seus direitos humanos violentados no período da ditadura militar. Dar oportunidade aos adultos de nossas igrejas que recordem nomes dessas pessoas. É bom lembrar que muitas dessas pessoas estão ou estiveram fora do convívio da comunidade cristã como consequência dessa experiência no passado.
- Colocar os nomes em papéis tamanho ofício e fazer um grande mural que deve ser colocado em frente o altar como símbolo de nossa memória e nosso pedido de perdão. Num gesto de oração, acrescentar os bonecos junto ao painel.

DESAFIO ÉTICO

- Recordar a Igreja das décadas de 1960 e 1970. Como fazer para sermos mais tolerantes hoje? Em quais desafios sociais a Igreja de hoje tem participado e se posicionado?
- Refletir individualmente ou em duplas sobre essas perguntas e criar um pequeno documento, talvez uma carta aberta aos metodistas em geral, compartilhando e convocando toda igreja para ações de tolerância e compromisso social.

Vigília da Manhã (das 2h até o nascer do sol)

Tema: O SONHO DE UM MUNDO HABITÁVEL

O livro de Eclesiastes nos fala das vaidades humanas. Por quê não entendemos a difícil relação entre nossas vaidades pessoais e todos os valores que regem nossas vidas? Muito, para o autor de Eclesiastes tudo o que fazemos é atitude de vaidade. Mesmo a sabedoria pode ser vaidade.

“O sol nasce para todos, só não sabe quem não quer”. Por que então temos vivido um mundo tão difícil e desgastante? Desde as violências do cotidiano (as domésticas) passando pelas crises sociais, até as crises mundiais entre países, o controle financeiro nas mãos de muito poucos e a miséria para muitos, inclusive populações inteiras... Que mundo é esse senão o da vaidade, como nos sugere o livro de Eclesiastes?

É necessário parar e pensar. Refletir desde nossas esperanças de fé, por onde andarás nosso sonho de mundo feliz, salvo, digno e pleno?

Propomos as seguintes atividades:

GESTO DE PARTILHA

- Ler o livro de Eclesiastes em grupos ou duplas. Como são 12 capítulos, cada grupo pode ficar com 1 ou 2 capítulos para agilizar a conversa e não cansar muito.
- A partir da leitura, os grupos podem apontar comportamentos, atitudes, pensamentos que têm sido vaidade na comunidade e que não têm permitido a tolerância, a convivência das diferenças. Com fios ou linhas de muitas cores (que tal lã?), conforme os grupos vão relatando a conversa, o grupo inteiro pode sugerir uma forma de tecer um pano ou tela perfurada que não exija agulhas. A idéia é criar uma “tela” que retrate o mundo que sonhamos ter.

ORAÇÃO

- Orar pela unidade dos cristãos; pela convivência pacífica dos povos em sua diversidade cultural, étnica e religiosa; um orando pelo outro em nossa comunidade, partilhando dificuldades pessoais relacionadas à intolerância de outros em relação a nós e nossa em relação a algumas pessoas. Orar individualmente e em duplas.

DESAFIO ÉTICO: SUPERANDO NOSSOS LIMITES

- Fazer uma lista de onde estão as diferenças na vida de nossa comunidade. Em que somos diferentes? No jeito de viver? No que possuímos materialmente? Na cor da pele? Nos locais de onde viemos? Na experiência com Deus? No jeito de entender e viver a fé? Conversar primeiramente em cochicho e em seguida no grupão. Escrever num papel grande essas diferenças que existem em nossa própria comunidade.
- Pensar como nossa espiritualidade cristã valoriza as diferenças e torna possível nossa convivência. Que podemos fazer para melhorar nossa convivência, de forma a sinalizar as diferenças como sinal de uma comunidade onde todos se reconhecem e vivem sua fé, e não como limitantes de nossa vida comunitária?

Parte II

DICAS PARA QUEM VAI ANIMAR A VIGÍLIA

- 1) Tire tempo para preparar o material da vigília para que ela seja uma experiência agradável e de amadurecimento, e não de sonolência e pressa para que acabe logo;
- 2) A música é muito importante na vigília. Se for possível, prepare uma folha específica de cânticos para a noite. Se não, garanta que as pessoas possam ter um cancionário a mão. Selecione previamente as músicas que serão cantadas e em que momentos são mais adequadas.
- 3) Atenção para os materiais
 - Em primeiro lugar, ter disponível para todos os momentos muito lápis de cor ou caneta hidrocor, ou qualquer coisa que ajude a rabiscar. Ter também papel para escrever, cola, jornais velhos ou revistas, enfim, aquelas coisas que a gente garante sempre para a criançada da igreja.
 - Para cada momento sugerimos separar materiais:
 - a) Para o princípio das vigílias: folha de papel pardo ou similar para a coleta das assinaturas; recortar pequenos papéis para os nomes no momento da oração; caixa de material disponível para as duplas ou grupos de reflexão sobre os desafios éticos;
 - b) Vigília média: tente garantir sucata para criação do boneco no gesto de partilha; preparar previamente o painel para o altar, onde colocaremos os nomes das pessoas;
 - c) Vigília da manhã: providenciar lã ou linha para tecer, e um pano ou tela com furos para “bordado”; providenciar uma folha de papel grande, tamanho “duplo-pardo” e coloque no papel o título da atividade “Desafio Ético: Superando os Limites”. Fazer um traço no meio do papel com subtítulos em cada parte: Limites e Superação de Limites.

DESAFIO ÉTICO: SUPERANDO OS LIMITES	
Limites	Superação de Limites

- 4) Todo material que for produzido na vigília, fruto da partilha, deve ser exposto na igreja local por mais ou menos uma semana. Em seguida, envie o que for possível para Coordenação Nacional de Ação Social da Igreja Metodista, no endereço da Sede Nacional:

Avenida Liberdade, 655 – sobreloja
Liberdade – São Paulo – SP
01503-001

SUBSÍDIO I

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 50 ANOS DEPOIS

A origem da Declaração Universal remonta a textos capitais na humanidade que, por sua vez, expressam momentos decisivos e significativos. Entre eles, poderíamos citar a Lei das Doze Tábuas, em 494 a.C., fruto das reivindicações dos plebeus de Roma por igualdade; a Carta Magna, na Inglaterra, em 1215; a Declaração de Direitos da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1776; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França, em 1789.

Como causa imediata, devemos lembrar a experiência das duas grandes guerras. As pessoas estavam chocadas, especialmente, com o assassinato de milhões de judeus pelos nazistas e com as vítimas das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Estes acontecimentos provocaram reações em todo o mundo: a humanidade queria ter certeza de que nada igual aconteceria novamente.

Assim é que, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, foi promulgada esta Declaração Universal. Dos 56 Estados presentes, 48 manifestaram-se favoráveis, havendo oito abstenções: a da então União Soviética, Bielo-Rússia, Ucrânia, Checoslováquia, Polônia e Iugoslávia, porque consideravam que o lugar dado aos direitos econômicos e sociais era pequeno; a África do Sul, em razão do regime de "apartheid"; a Arábia Saudita, por razões religiosas.

O texto da Declaração

O texto consta de três partes. A primeira, também chamada preâmbulo, dá sete razões pelas quais se fez a Declaração: os direitos humanos são fundamento da justiça e da paz; seu desrespeito resultou num ato de barbárie; o Estado é fiador e garantia dos direitos humanos; os direitos humanos como essenciais para promover o desenvolvimento das relações entre as nações; os povos da ONU crêem nos direitos humanos; os Estados se comprometeram em promover sua prática; a importância de uma concepção comum.

A segunda parte é a proclamação em que a Assembléia Geral da ONU expõe o sentido e a esperança da Declaração, como ideal a ser atingido, seja através do ensino e da educação, seja através da adoção de medidas progressivas.

A terceira parte é a mais extensa, os 30 artigos ou afirmações que são os objetivos da Declaração.

Para compreendermos bem o caráter do texto, devemos recordar que trata-se de uma Declaração ao mundo inteiro sobre como todos os povos, organizações e governos deveriam se comportar uns com os outros. O texto não possui o caráter coercitivo de uma lei. É da responsabilidade de cada indivíduo e de cada governo honrar a Declaração para proteger a liberdade e a justiça e, portanto, a felicidade e a dignidade de todas as pessoas.

No entanto, trata-se de uma declaração universal, inviolável e inalienável. Universal porque é válida para todos, sem exceção. Inviolável, porque ninguém, em nenhuma situação, seja qual for a justificativa, está autorizado a violá-la. Inalienável, porque não pode ser tirada por ninguém, nem mesmo a própria pessoa pode abrir mão dela: são direitos que decorrem do próprio fato de sermos humanos.

A situação atual

“Quase 50 anos depois, onde estamos? Cerca de um bilhão de seres humanos sobrevivem com menos de um dólar por dia; 35 mil crianças morrem a cada dia de subnutrição e doenças curáveis. Palavras que pensávamos terem desaparecido do nosso vocabulário ressurgem: limpeza étnica, estupro múltiplo. O feio rosto dos combates armados domina a realidade de centenas de milhões de pessoas em 30 países – uma em cada seis nações. O inimigo não é necessariamente um combatente armado, mas “o outro”, que tem uma fé ou uma identidade étnica diferente.”

O fato a ser constatado é que a humanidade ainda não conseguiu consolidar uma “cultura dos direitos humanos”, como conjunto estável de valores a nortear “os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesses, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade”. No dizer, de Pierre Sané, estamos diante de “uma revolução inacabada”.

Os cristãos e os desafios de uma celebração

Como cristãos, devemos compreender a celebração dos 50 anos da Declaração como um “Kairós”, isto é, um tempo de graça que recebemos de Deus para renovar, no aqui e agora, nosso compromisso pessoal e eclesial com a causa dos direitos humanos.

O caminho dos direitos humanos devolve para nós, cristãos, as nossas opções fundamentais. É o caminho da humanização – a mesma humanização que Jesus Cristo assumiu no ministério de sua Encarnação e que começou a irradiar o todo do universo no ministério de sua Redenção.

Em nível pessoal, há várias atitudes que podem ser assumidas para nos inserirmos melhor na celebração deste cinquentenário, como por exemplo: conhecer, estudar e gravar no coração a Declaração Universal dos Direitos Humanos; assumir como intenção de oração cotidiana a causa dos direitos humanos; procurar conhecer a realidade dos direitos humanos ao nosso redor: ver quais são os direitos que estão sendo deixados de lado ou esquecidos; indignar-se diante das violações de direitos humanos e denunciar estas situações; ensaiar pequenas ações de solidariedade; procurar conhecer e apoiar o trabalho de organismos empenhados com a causa dos direitos humanos.³

SUBSÍDIO 2

BREVE RESUMO DOS TRINTA ARTIGOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS⁴

- Liberdade e igualdade de todos os direitos;
- Todos podem invocar estes direitos sem distinção de qualquer espécie;
- Direito à vida, liberdade e segurança pessoal;
- Proibição da escravidão e do tráfico de escravos;
- Contra tortura ou punições cruéis, desumanas e degradantes;
- Direito ao reconhecimento de personalidade jurídica;
- Igualdade perante a lei e direito à igual proteção da lei;
- Direito ao recurso jurídico contra atos que violem direitos;
- Contra prisões e detenções arbitrárias;
- Direito a julgamento independente e imparcial;
- Direito a ser presumido inocente até comprovação de culpa;
- Proibição de interferências arbitrárias na vida privada;
- Direito de ir e vir;
- Direito a asilo;
- Direito à nacionalidade;
- Direito de contrair matrimônio e constituir família;
- Direito à propriedade;
- Direito à liberdade de pensamento, consciência e religião;
- Direito à liberdade de opinião e de expressão;
- Direito à reunião e associação;
- Direito à segurança social;

3. Extratos do texto de Marcelo Guimarães, presidente do Movimento de Direitos Humanos de Santa Cruz, e membro do Serviço Paz e Justiça – SERPAJ – da Anistia Internacional.

4. Não é difícil ter acesso ao pequeno livreto contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na íntegra. Procure a Ação Nacional de Ação Docente se você tiver dúvidas de como conseguir. O endereço é o mesmo da Sede Nacional da Igreja.

- Direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego;
- Direito ao repouso e ao lazer;
- Direito a um padrão de vida digno;
- Direito à instrução;
- Direito de participar livremente da vida cultural da comunidade;
- Direito a uma ordem social e internacional que assegure os direitos humanos;
- Deveres das pessoas para com a comunidade;
- Proibição de praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades mencionados.

SUBSÍDIO 3

O REGIME MILITAR NO BRASIL

O Regime Militar é instaurado pelo golpe de Estado de 1º de abril de 1964 e estende-se até a abertura política, em 1985. O plano político é marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores, e pela imposição de censura prévia aos meios de comunicação.

A derrubada do presidente João Goulart e a instalação da ditadura militar são o desfecho de uma crise político-institucional que começa com a renúncia do presidente Jânio Quadro, em 1961. Com o apoio dos sindicatos operários, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o governo Goulart havia mobilizado as massas trabalhadoras em torno das chamadas “reformas de base” – um conjunto de medidas e mudanças que alterariam profundamente as relações econômicas e sociais no país.

A perspectiva de concretização dessas reformas levou o empresariado, parte da Igreja Católica, a oficialidade militar e os partidos de oposição liderados pela UDN e pelo PSD a acusarem o presidente de preparar um golpe comunista. Além disso, responsabilizam-no pelos problemas econômicos, alta dos preços (inflação de quase 90% em 1963), desabastecimento, etc. Tem início uma conspiração civil-militar para derrubá-lo.

No dia 31 de março, unidades militares rebelam-se, dando início ao golpe de Estado. Tropas saídas de Minas Gerais e São Paulo avançam sobre o Rio de Janeiro, onde o governo dispõe de apoio nas Forças Armadas. João Goulart recusa-se a jogar o país numa guerra civil e refugia-se no Uruguai. No dia 1º de abril, o Congresso Nacional declara a vacância da Presidência da República. As autoridades militares assumem o poder e iniciam um longo período de governo, que dá origem a uma extensa legislação excepcional. Em 9 de abril é decre-

tado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que suspende as imunidades parlamentares e os direitos políticos, acaba com as garantias de vitaliciedade dos magistrados, a estabilidade dos funcionários públicos e cassa mandatos.

O general Humberto de Alencar Castello Branco (1900-1967) é eleito, pelo Congresso Nacional, Presidente da República em 15 de abril de 1964. A partir daí, uma posição autoritária é adotada com a cassação de mandatos de parlamentares federais e estaduais, suspensão dos direitos políticos de centenas de cidadãos, intervenção em quase 70% dos sindicatos e federações de trabalhadores, demissão de funcionários. Extinguem-se os partidos, instituindo-se o bipartidarismo com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. É criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), que funciona como polícia política.

A contestação ao regime é combatida por um forte esquema de repressão policial e pela censura à imprensa. São editadas, ainda, duras medidas econômicas recessivas de combate à inflação.

O Ministro do Exército de Castello Branco, general Arthur da Costa e Silva (1902-1969) assume a Presidência, em 1967. Em seu governo, cresce a oposição à ditadura, sobretudo entre trabalhadores e estudantes. Em meados de 1968, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promove, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil, em protesto contra o regime militar. Ao mesmo tempo, ocorrem greves operárias. Grupos esquerdistas de luta armada começam a atuar, realizando assaltos para reunir fundos para a guerrilha urbana.

Na noite de 13 de dezembro, Costa e Silva fecha o Congresso e decreta o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Ao contrário dos Atos Institucionais anteriores, este não tem prazo de vigência e dura até 1979. O AI-5 restabelece o poder presidencial de cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir e aposentar funcionários, terminar com a garantia do *habeas corpus* e reforça a repressão. Os militares criam a figura do banimento do território nacional e a pena de morte nos casos de "guerra psicológica adversa, revolucionária, ou subversiva".

Com a morte de Costa e Silva em agosto de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) passa a comandar o mais duro governo da ditadura, conhecido como "os anos de chumbo". A luta armada intensifica-se e é combatida por um forte aparato militar e policial. Espalham-se pelo país os centros de tortura do regime, geralmente ligados ao DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna). Os grupos esquerdistas são sufocados e praticamente desaparecem.

O endurecimento político é respaldado pelo chamado “milagre econômico”, que vai de 1969 a 1973. O Produto Interno Bruto (PIB) cresce, em média, 11,2% ao ano e a inflação média anual não ultrapassa 18%. O Estado passa a arrecadar mais e lança-se em projetos faraônicos, como a construção da rodovia Transamazônica, com o objetivo de ligar todo o país à Amazônia. Com isso, cresce a dívida externa e o país volta a amargar uma alta da inflação e um período de recessão.

A ditadura militar teve fim em 1985, após a implantação de um processo de abertura pelos governos dos generais Geisel e Figueiredo, mas somente em 1989 foi realizada a primeira eleição direta para a Presidência da República.⁵

SUBSÍDIO 4

SOBRE SONHOS E PESADELOS DA JUVENTUDE METODISTA BRASILEIRA NOS ANOS SESSENTA

Na década de 60, a juventude metodista sensibilizou-se com a dura realidade de opressão e miséria experimentada pela maioria das pessoas do continente e, em especial, do Brasil. Ao sonhar com uma Igreja comprometida com a superação das injustiças sociais, envolveu-se em um processo de luta que propugnava transformações das condições materiais que as engendravam. Com um sonho na mão, levou às últimas conseqüências os ensinamentos recebidos da Igreja Metodista e do movimento ecumênico, participou nos movimentos sociais que lutavam pelas mudanças estruturais na sociedade brasileira e, após o golpe de 1964, na luta contra a ditadura militar.

Nessa caminhada, percebeu que também era necessário haver mudanças na estrutura da própria Igreja, considerada como anacrônica naquele momento histórico. A sua proposta era redimensionar a concepção teológica da Igreja, especialmente na compreensão de salvação e de missão. Para a juventude metodista, a priorização da salvação da alma e a missão da Igreja voltada para si mesma eram equívocos que não respondiam às exigências de justiça social. Em seu lugar, propunham a concepção de salvação do homem total que incluía tanto a aceitação do Evangelho para construção da dignidade das pessoas como a missão fora da Igreja para contribuir para a superação das estruturas sociais injustas.

5. Adaptação de extratos de texto do Almanaque Abril, 1993.

Desta situação surgiu com força a expressão clamor da mocidade. Contudo, as posturas da juventude foram consideradas afrontosas e anti-evangélicas por algumas pessoas que detinham o poder na Igreja. Esses, ao defenderem a prioridade da salvação da alma como o primeiro e decisivo passo para a melhoria da vida do país, também consideravam o governo militar como a solução enviada por Deus para acabar com o perigo do comunismo no Brasil.

E assim como a ditadura procurava eliminar seus opositores, esses metodistas tomaram atitudes semelhantes com a sua juventude, considerada por eles como subversiva e não cristã. A postura desses líderes fez com que os jovens metodistas sofressem perseguições, cerceamento da liberdade de expressão, coerção para saírem da Igreja e, em alguns casos, delação aos órgãos de segurança do Estado autoritário. Eram duas teologias diferentes.

Cada grupo, em nome da sua própria fé, agia na Igreja e fora dela de acordo com as suas crenças. O sonho da juventude foi transformado em pesadelo por não professar a mesma fé desses líderes que estavam no poder na Igreja.

As posturas adotadas pela juventude em relação à revisão dos costumes da Igreja contribuíram para o descontentamento de líderes da Igreja Metodista. Denúncias de que havia jovens na Faculdade de Teologia que fumavam, ingeriam bebidas alcoólicas, dançavam, praticavam jogos de azar e mantinham relações sexuais antes do casamento foram utilizadas como motivo principal para seu expurgo da Igreja.

Por outro lado, apesar do cerceamento a que foi submetida, essa juventude deixou marcas de sua elaboração teológica e de sua ética cristã nos ensinamentos da Igreja feitos posteriormente. Assim, compreende-se que o conhecimento dessa parte da história do pensamento e da prática cristã pode ajudar os cristãos, que lutam pela dignidade da vida neste país e continente.⁶

6. Texto extraído da tese de doutorado de Jorge Hamilton Sampaio, São Bernardo do Campo, UMESP, 1998.